

**SPPREV – SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
(SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO)**

SPPREV – São Paulo Previdência

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

Em R\$

| | Dotação Inicial | Dotação Atualizada | Empenhado | | | Pago Orçamento + Pago de Restos |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---|--------------------------|---------------------------------|
| | | | Liquidado (A)* | Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B) | Total (C = A + B) | |
| Despesas Correntes | 32.851.736.442,00 | 35.002.526.442,00 | 34.337.863.397,07 | 11.275.046,77 | 34.349.138.443,84 | 34.244.323.505,33 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 32.738.575.468,00 | 34.889.365.468,00 | 34.272.614.048,41 | - | 34.272.614.048,41 | 34.168.689.501,21 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 113.160.974,00 | 113.160.974,00 | 65.249.348,66 | 11.275.046,77 | 76.524.395,43 | 75.634.004,12 |
| Despesas de Capital | 100.000,00 | 100.000,00 | 96.526,50 | 499,50 | 97.026,00 | 277.546,50 |
| Investimentos | 100.000,00 | 100.000,00 | 96.526,50 | 499,50 | 97.026,00 | 277.546,50 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização de Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Despesa Total | 32.851.836.442,00 | 35.002.626.442,00 | 34.337.959.923,57 | 11.275.546,27 | 34.349.235.469,84 | 34.244.601.051,83 |

Fonte: SIGEO/SP

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

em R\$

| | Dotação Inicial | Dotação Atualizada | Empenhado | | | Pago Orçamento + Pago de Restos |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---|--------------------------|---------------------------------|
| | | | Liquidado (A)* | Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B) | Total (C = A + B) | |
| 09122202157520000 - ADMINISTRACAO DA SAO PAULO PREVIDENCIA | 145.008.400,00 | 145.008.400,00 | 95.716.510,95 | 11.275.546,27 | 106.992.057,22 | 105.940.056,70 |
| Despesas Correntes | 144.908.400,00 | 144.908.400,00 | 95.619.984,45 | 11.275.046,77 | 106.895.031,22 | 105.662.510,20 |
| Despesas de Capital | 100.000,00 | 100.000,00 | 96.526,50 | 499,50 | 97.026,00 | 277.546,50 |
| 09272202157530000 - CONCESSAO E PAGAMENTO DE BENEFICIOS | 32.706.828.042,00 | 34.857.618.042,00 | 34.242.243.412,62 | - | 34.242.243.412,62 | 34.138.660.995,13 |
| Despesas Correntes | 32.706.828.042,00 | 34.857.618.042,00 | 34.242.243.412,62 | - | 34.242.243.412,62 | 34.138.660.995,13 |
| Despesas de Capital | - | - | - | - | - | - |
| Despesa Total | 32.851.836.442,00 | 35.002.626.442,00 | 34.337.959.923,57 | 11.275.546,27 | 34.349.235.469,84 | 34.244.601.051,83 |

Fonte: SIGEO/SP

* Valor liquidado excluindo os lançamentos de inscrição em restos a pagar não processados

Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual

Apresentamos detalhado o Quadro com os dados do Programa 2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual:

R\$ mil

| Despesa do programa por Categoria Econômica | Dotação Inicial | Dotação Atualizada | Despesa Liquidada | % de Execução |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------|
| | | | | Liquidado/Previsto |
| Programa | 32.851.836.442,00 | 35.002.626.432,00 | 34.349.235.469,84 | 98,13% |
| Despesas correntes | 32.851.736.442,00 | 35.002.526.432,00 | 34.349.138.443,84 | 98,13% |
| Despesa de capital | 100.000,00 | 100.000,00 | 97.026,00 | 97,03% |

Fonte: SIGEO

O Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual tem como objetivo gerir os Regimes de Previdência do Estado de São Paulo, assegurando a concessão, manutenção e o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão. O programa é composto por duas ações orçamentárias e duas ações não orçamentárias.

Ações orçamentárias:

Ação 5752 – Administração da São Paulo Previdência

Ação voltada para a Administração da Sede da São Paulo Previdência e de seus postos regionais, cujo produto é o número de pontos de atendimento implantados aos beneficiários. A SPPREV no ano de 2018 administrou 18 unidades. A meta física estabelecida para o ano de 2018 foi de 17 unidades administradas, a ação atingiu 105,88% dessa meta, quanto à execução orçamentária da ação, em 2018 foi de 73,78%. (Fonte: Taxa de Administração).

Ação 5753 – Concessão e Pagamento de Benefícios

Ação direcionada para a atividade fim da SPPREV, cujo produto proposto é a quantidade de pagamentos mensais efetuados de aposentadorias e pensões. Em 2018 foram efetuados 459.113 pagamentos mensais (aposentadorias e pensões). A meta física estabelecida para o ano de 2018 foi de 446.290 pagamentos mensais efetuados, o ação atingiu 102,87% dessa meta, quanto à execução orçamentária da ação, em 2018 foi de 98,23%.

Ações não orçamentárias:

Ação 8185 – Prevenção e Combate a Fraudes Previdenciárias, cujo produto é o valor economizado com pagamentos indevidos (extintos) e que gerou uma economia de R\$ 275,1 milhões de reais no exercício de 2018.

Ação 8260 – Construção da sede da SPPREV, cujo produto é a sede da SPRPEV construída e que encontra-se em processo de revisão, visto que a Autarquia recebeu autorização via Decreto nº 63.137/2018 para uso a título precário, gratuito e por prazo indeterminado de partes do prédio situado na Avenida Rangel Pestana, nº 300 - Secretaria da Fazenda.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:

R\$ mil

| Descrição | Dotação Inicial | Dotação Atualizada | Despesa Liquidada | % de Execução |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| | | | | Liquidado/Atualizada |
| Despesa Previdenciária | 32.706.828.042 | 34.857.618.042 | 34.242.243.413 | 98,23% |
| Aposentadoria | 25.148.756.217 | 27.358.249.917 | 26.901.946.486 | 98,33% |
| Pensão | 7.498.021.795 | 7.437.318.095 | 7.281.290.029 | 97,90% |
| Outras Despesas Correntes | 60.050.030 | 62.050.030 | 59.006.898 | 95,10% |

Fonte: DAF GFC

PROPORÇÃO DE DESPESA PREVIDENCIÁRIA

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Aposentadoria | 75% | 75% | 75% | 75% | 76% | 76% | 77% | 77% | 77% | 78% | 79% |
| Pensão | 25% | 25% | 25% | 25% | 24% | 24% | 23% | 23% | 22% | 22% | 21% |

DESPESA ANUAL SPPREV

| DESPESA ANUAL SPPREV | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| REFERÊNCIA | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Aposentadoria | 9.795.669 | 10.539.575 | 11.416.763 | 13.150.409 | 15.898.066 | 17.552.450 | 19.422.913 | 21.469.115 | 23.016.494 | 24.457.088 | 26.901.946 |
| Pensão | 3.229.727 | 3.520.804 | 3.876.718 | 4.354.438 | 5.030.252 | 5.554.253 | 5.902.676 | 6.403.888 | 6.689.541 | 6.979.686 | 7.281.290 |
| Outras despesas | 14 | 16 | 387 | 2.757 | 19.309 | 22.575 | 29.534 | 35.051 | 59.110 | 37.493 | 59.007 |
| TOTAL | 13.025.411 | 14.060.395 | 15.293.868 | 17.507.603 | 20.947.627 | 23.129.279 | 25.355.122 | 27.908.053 | 29.765.145 | 31.474.267 | 34.242.243 |

Fonte: DAF GFC

1. Gestão de Benefícios Previdenciários

Em 2018 foi dada continuidade ao trabalho conjunto das **Diretorias de Benefícios - Cíveis e Militares (DBS/DBM)** e **Diretoria de Relacionamento com o Segurado (DRS)** com relação ao processo de melhoria contínua nos fluxos de trabalho, com as devidas parametrizações e customizações no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. A **Diretoria de Administração e Finanças (DAF)** apresenta informações quanto a UG Administração.

A autarquia administra, cerca de **449.289 benefícios** previdenciários a **471.197** beneficiários aí incluídos os números relativos a inatividade da Polícia Militar. Seguem dados quantitativos de benefícios de Aposentadoria e Pensão: Aposentadoria – 337.761 benefícios/ 337.761 beneficiários; Pensão – 111.528 benefícios/ 133.436 beneficiários.

Foram realizados o total de **442.497 recadastramentos**. Pelo canal **Banco do Brasil** no período de 01/01/2018 a 31/12/2018 foram recadastrados o número de **393.973** beneficiários. Pelo Atendimento SPPREV no período de apuração 01/01/2018 a 31/12/2018 foram recadastrados **46.215** beneficiários sendo **2.309** através de visitas domiciliares.

A. Pensões Cíveis e Militares

Visando a eficiência e celeridade das concessões, foi dada continuidade em 2018 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de pensões, com o aprimoramento dos indicadores de pensão por morte mantendo a aferição em separado na Diretoria de Benefícios Servidores Públicos e na Diretoria de Benefícios Militares: (1) percentual de protocolos de pensão por morte civil do fluxo de habilitação solicitados no período de 01/01/2017 a 31/12/2018 concedidos em até 20 dias; (2) percentual de protocolos de pensão por morte civil dos fluxos de inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/01/2017 a 31/12/2018 concedidos em até 20 dias; (3) percentual de protocolos de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/01/2017 a 31/12/2018 concedidos em até 20 dias.

Foi dada continuidade aos trabalhos do ano de 2012 projeto conjunto das Diretorias de Benefícios Servidores Públicos Cíveis e Militares, por meio de suas Gerências de Pensões, a fim de rever concessões de pensões cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento do Parecer Administrativo nº 15/2012 da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – não podem conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS – de que trata a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal. Observe-se que o inciso XII e § 4º do artigo 24 da Constituição Federal estabelecem que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, e há prevalência de Lei Federal sobre Lei Estadual para normas gerais em matéria previdenciária.

Deste modo, todos os benefícios diversos dos previstos no RGPS que haviam sido concedidos ao longo destes anos pelo IPESP e CBPM, até 06/07/2007, e após pela SPPREV, foram objetos de revisão em sede administrativa, respeitados os procedimentos e prazo de 10 (dez) anos previstos na Lei Estadual nº 10.177/98. Devido as demandas judiciais os processos não apresentaram a produtividade de extinção esperada. A providência tomada pela SPPREV foi a suspensão dos benefícios para os beneficiários apontados no escopo do projeto de revisão das pensões instituídas após a edição da Lei Federal nº 9717/98.

No exercício de 2018 para os benefícios de pensão por morte de ex-servidor civil e militar foi dado continuidade ao trabalho de invalidação e manutenção dos benefícios realizando as devidas revisões quando necessário. As revisões dos benefícios de pensão em detrimento da Lei 9717/98, ainda não foi concluída, porém tendo em vista o trabalho que vem sendo desenvolvido pela autarquia ao longo dos últimos anos verificamos que não restam muitos casos a serem trabalhados. Na Diretoria de Benefícios civis temos 129 processos em trâmite e na Diretoria de Benefícios Militares 154.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas aproximadamente 15.038 atividades de manutenção / pagamento classificadas em: revisão e reanálise de pagamento (1.190), reversões de cota parte (1.073), análises de requerimentos de resíduos de pensão por morte (2.065); extinção de benefício (88); instaurações de procedimento de invalidação/ extinção de benefícios (55). Foram realizadas ainda 3.761 análises de rubrica, 3.075 atualizações em folha de pagamento, homologações de isenções de imposto de renda e contribuição previdenciária parcial 229 sendo que 121 se encontram em perícia médica, análises de requerimentos de manutenção de pensões 3.502, além do cumprimento de aproximadamente 5.934 demandas judiciais e 317 concessões judiciais.

O Total de **análises** de protocolos de pensão por morte realizado em 2018 **pela DBS – Diretoria de Benefício Civil** foi de **8.346** análises de benefícios de pensão por morte inicial, **676** análises de pedidos de inclusões de novos beneficiários em benefícios já existentes e 862 análises de pedidos de reinclusão. Número de pensão por morte civil paga pela SPPREV – 82.367 benefícios; Número de beneficiários – 94.560; Números de benefícios concedidos 2018 – 3.210 benefícios; Média Mensal – 267 benefícios (considera benefícios ativos e suspensos em 31/12/2018).

A Gerência de Pensão de Ex-Servidor, devido à recente reestruturação da Diretoria de Benefícios de Servidor Público, conforme Portaria SPPREV nº 198/2018, publicada no DOE de 31 de maio de 2018, passou a ser responsável pela prestação de subsídios e cumprimento das ações judiciais de que tratam dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, absorvendo a Supervisão Judicial de Aposentadoria I e a recém criada Supervisão Judicial de Aposentadoria II, além da Supervisão Judicial de Pensão.

Diante deste novo desafio, houve a necessidade de intensificar os trabalhos relativos a especificação de Novo Fluxo Judicial iniciados pela Gerência de Aposentadoria, resultando com sucesso na implementação do referido fluxo de trabalho em Outubro de 2018.

Destaques:

- * Reformulação do fluxo de trabalho, objetivando melhor desempenho e segurança na concessão de benefícios;
- * Reformulação do requerimento de concessão;
- * Redução do prazo de Revisões Administrativas pendentes para o prazo máximo de 120 dias, em observância ao disciplinado na Lei 10.177/98;
- * Levantamento e acerto no pagamento dos beneficiários (ex-cônjuge) de pensão alimentícia de salário mínimo com a devida alteração de cota-parte em face ao Parecer CJ/SPPREV nº 321/2018 ;
- * Estudo sobre gratificações e prêmios de natureza temporárias e sua devida incorporação legada por servidor ativo;
- * Elaboração de Manuais de Procedimento das atividades de folha de pagamento e Rotinas de Auditoria de Folha de Pagamento;
- * Levantamento e solicitação de atualização massiva de enquadramento cadastral de aproximadamente 37.900 beneficiários;
- * Conclusão e Implantação do Novo Fluxo Judicial, possibilitando maior agilidade no atendimento das demandas relacionadas ao recálculo da sexta-parte e adicional por tempo de serviço;
- * No âmbito das atividades que compõem a verificação de litispendência, confecção de informação a ser encaminhada à Procuradoria Jurídica – PGE com o devido apostilamento e implantação das rubricas em folha de pagamento;
- * Melhorias e Parametrização do fluxo de Extinção (saldo de pensão) em conjunto com as demais gerências participantes da autarquia;
- * Estudos para normatização e uniformização da aplicação da correção monetária, quando do pagamento de valores atrasados;
- * Redução do prazo para atendimento do requerimento da reversão da cota-parte para o prazo máximo de 120 dias em observância ao disciplinado na Lei 10.177/98;
- * Criação de instrução interna para que o atendimento da SPPREV ao recepcionar pedido de reversão de cota-parte anexar “declaração de união estável” para fins de instruir eventuais procedimentos de extinção de pensão;
- * Projeto de abertura de fluxo único de isenção de imposto de renda e contribuição previdenciária parcial, objetivando celeridade, economia e contradição na análise dos laudos;

No exercício de 2018 foram concedidos 1.165 **novos benefícios de pensão por morte militar** pela **DBM - Diretoria de Benefício Militar**. Número de Pensão Militar paga pela SPPREV – 29.161

benefícios; Número de beneficiários – 38.876; Média mensal em 2018 – 97 benefícios (Considera benefícios ativos e suspensos em 31/12/2018).

No ano de 2018 foi dado prosseguimento ao trabalho de aprimoramento contínuo na gestão dos benefícios de pensão por morte de militares.

Quanto às atividades desenvolvidas no ano de 2018, na concessão de pensão realizamos análise de cerca 1.400 processos, sendo 247 casos de indeferimentos e demais de deferimentos, incluindo habilitações iniciais, inclusões e reinclusões. Segue demonstrativo mensal dos deferimentos do benefício de pensão por morte militar: Janeiro – 75; Fevereiro – 76; Março – 95; Abril – 110; Maio – 102; Junho – 83; Julho – 107; Agosto – 114; Setembro – 97; Outubro – 96; Novembro – 106; Dezembro – 104; Total – 1165.

Por meio da Supervisão de Apoio Judicial de Pensão, demos continuidade às ações promovidas pelo Núcleo de Inteligência Previdenciária – NIP – que com intuito de rever os benefícios, de modo a evitar a ocorrência de eventuais fraudes, valeu-se de subsídio de outros órgãos públicos, como INSS, DETRAN, Receita Federal, entre outros, para promoverem averiguação/investigação social para apuração da existência de união estável ou verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de algumas classes de beneficiários. No ano de 2018 encerramos 228 averiguações sociais, sendo 124 delas concluídas como positivas, e ainda existem 154 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 171 casos, e existem 124 em andamento, tendo sido instaurados 136 novos no decorrer do ano.

Foram emitidas 595 certidões, realizados 164 procedimentos de vistas e cópias, 911 atendimentos de demandas judiciais (inclusão de novos dependentes, exclusão, reinclusão, reversões, entre outros) e foram atendidos 581 pedidos de informações judiciais à Procuradoria Jurídica.

Na Supervisão de Manutenção de Pensão, destacamos a realização das principais atividades de manutenção, que totalizam 10.400 atendimentos distribuídos da seguinte maneira: 3.237 revisões, sendo 417 administrativas e 2.860 em decorrência de demandas judiciais; elaboração de 3.707 planilhas para subsidiar a Procuradoria Jurídica em ações judiciais; 1.406 exclusões de beneficiários por motivos de óbito, casamento, idade, entre outros; 481 reversões de quotas; 1.123 cálculos de saldo de pensão, 456 análises de pedidos de isenção de imposto de renda.

B. Aposentadorias Civis

Na Diretoria de Benefícios Civis – DBS foram tomadas providências visando a eficiência e celeridade das concessões para o benefício de aposentadoria. Foi dada continuidade em 2018 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de aposentadoria, com o aprimoramento dos indicadores para: (1) percentual de concessões de aposentadorias cujos protocolos foram iniciados no período entre 01/05/2013 a 31/12/2017; (2) quantidade de protocolos de aposentadoria concedidos no exercício de 2018.

No exercício de 2018 tivemos um número de aposentadorias concedidas um pouco maior que no exercício anterior atingindo a marca de 18.279 publicações.

Continuou-se priorizando a solução do maior número de pedidos de aposentadoria anteriores ao exercício em curso, de forma que do total de protocolos iniciados anteriormente a 2018, pendentes de solução, foram concedidos 85,82% (13.464).

Não sendo demasiado destacar que houve significativa melhora na eficiência dos resultados considerando-se redução de servidores e o aumento na demanda de protocolos de aposentadoria abertos no exercício, o que mostra que este órgão gestor único de RPPS está envidando esforços no aprimoramento de mecanismos para automação das concessões com inovação na gestão previdenciária através de seus sistemas e plataformas.

O total de novos benefícios de aposentadoria concedidos/publicados pela autarquia no ano foi de 18.279 benefícios, 69,68% (12.736) atendendo a Secretaria de Educação e 30,32% (5.543) atendendo as demais secretarias do Estado de São Paulo.

Otimização do tempo na concessão do benefício de Aposentadoria:

Com a implantação do módulo de VT – Validação de Tempo de Contribuição no SIGEPREV em abril de 2016 para uso exclusivo dos Rh's de todas as Secretarias da Administração Direta e autarquias da Administração Indireta, o RPPS paulista deu um grande passo na modernização e padronização da contagem de tempo para fins previdenciários, substituindo antigas certidões manuais pelo módulo Validação de Tempo de Contagem vinculado ao novo fluxo de concessão de aposentadoria.

Esta iniciativa inovadora vem colaborando de forma efetiva para o crescimento da São Paulo Previdência como modelo de referência na gestão do Regime Próprio de Previdência Social.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas 18.279 concessões / publicações de aposentadoria, desses 1.040 aposentadorias por Valor Estimado. Foram realizadas aproximadamente 12.431 atividades de manutenção classificadas em: Imposto de renda (1.945); Revisão (3.183);

análise/respostas a requerimentos diversos (7.303) Foram realizadas ainda cumprimento de 19.216 pedidos judiciais via PGenet com a realização de 37.927 apostilas judiciais publicadas, e 550 concessões judiciais.

Em 2018 o número de Aposentadoria paga pela SPPREV – 274.997 benefícios; Número de Novas Concessões 2018 – 18.279 benefícios; Média Mensal 2018 – 1.523 benefícios (Considera benefícios ativos e suspensos).

Destques / Palestras e Treinamentos:

* Portaria SPPREV nº 198/2016, publicada no DOE do dia 31 de maio de 2018 (integrando a Supervisão de Homologação de Tempo – SHT, à Gerência de Aposentadoria) e migrando a Supervisão Judicial de Aposentadoria – SJA para a Gerência de Pensões de Ex-Servidor;

* Comunicado Conjunto UCRH/SPPREV 01, de 29 de maio de 2018, que visa prestar orientação sobre o requisito do “efetivo exercício” para fins de inativação do servidor, em relação aos casos específicos de falta médica e licença para tratamento de saúde da própria pessoa”;

* Encontro com a participação das unidades de recursos humanos de todo o Estado de São Paulo, para discussão e orientações sobre a Portaria 393/2018 da Secretaria de Previdência Social que disciplina alterações promovidas na Portaria MPS 154/2018 no que concerne à homologação de Certidão de Tempo de Contribuição;

* Disponibilização da Calculadora de Tempo Líquido para Certidão de Tempo de Contribuição, download disponível no site da SPPREV:

* Treinamento interno sobre a folha de pagamento dos aposentados, ministrado pelas colaboradoras Marli Marques e Cristiane Bonilha em colaboração aos projetos do Comitê de Gestão do Conhecimento e Inovação;

* Curso externo sobre concessão de aposentadoria e utilização do SIGEPREV promovido pelos colaboradores Thiago Boregio e Saulo Valente, através da EGAP – Escola de Governo e Administração Pública;

* Participação efetiva de colaboradores da GAP – Gerência de Aposentadoria no curso promovido pela FAZESP, abordando os aspectos relevantes da Aposentadoria do Servidor Público, sob enfoque jurídico da Procuradora do Estado atuante na Procuradoria Administrativa Dra. Juliana Duarte;

* Participação na reunião com o DPME (Departamento Perícias Médicas do Estado), PGE (Procuradoria Geral do Estado) e UCRH (Unidade Central de Recursos Humanos) para discussão de um novo modelo de laudo médico pericial para fins de aposentadoria especial de que trata o Art.40, § 4º, inciso III da CF/88;

* Parametrização do fluxo de Extinção (saldo de aposentadoria) em conjunto com as demais gerências participantes da autarquia;

* Divulgação dos novos endereços eletrônicos em substituição ao antigo e-mail beneficios@spprev.sp.gov.br, conforme newsletter nº 09/ novembro de 2018:

O Diretor de Benefícios de Servidor Público, representando à São Paulo Previdência – SPPREV, participou no dia 13 de dezembro de 2018 da reunião extraordinária da **Comissão de Estudos sobre o Projeto Lei 621/2016** denominado **SAMPAPREV**, realizada no Plenário 1º de Maio na Câmara Municipal do Estado de São Paulo, atendendo ao convite da Presidente da Comissão Vereadora Janaina Lima.

Nesta oportunidade, o diretor de benefícios realizou sua apresentação sobre previdência com ênfase na SPPREV como gestora única do RPPS Paulista.

Este encontro contou também com a oitiva dos representantes da FUNPRESP-Exe na pessoa do Diretor de Seguridade, Sr. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior e dos especialistas Dra. Erica Gorga, Dr. Fábio Giambiagi e Dr. Felipe Salto.

Este projeto de lei trata da reforma da previdência municipal, instituindo o Regime de Previdência Complementar do Município do Estado de São Paulo, aprovado no dia 26 de dezembro de 2018.

Ações concluídas e/ou em andamento

- Participação de representantes da DBS em treinamentos e cursos de reciclagem e aperfeiçoamento com enfoque nos critérios de concessão, pagamento de aposentadoria e legislação previdenciária;
- Reestruturação da Diretoria de Benefícios com enfoque no equilíbrio de competências e melhorias na performance das ações judiciais, vide Portaria SPPREV nº 198/2018;
- Implementação da digitalização dos processos de aposentadoria na Secretaria de Saúde do Estado;
- Implantação do Novo Fluxo Judicial - Aposentadoria;
- Definição da divergência de entendimento quanto a absorção/pagamento da gratificação denominada PIN – Prêmio de Incentivo, destinada aos ativos e inativos vinculados a Secretaria

de Saúde e Autarquias da Administração Indireta descentralizada, cujo pagamento da referida vantagem deverá ser realizado pela própria Secretária de Saúde do Estado de São Paulo.

- Aprovação da minuta de Projeto de Lei, dispondo da alteração da Lei Complementar nº 180/78 e Decreto Regulamentar nº 52.859/07, em razão da Medida Provisória nº 664/2014 (convertida em Lei 13.131/2015), de que trata do benefício de pensão por morte no âmbito dos regimes RPPS e RGPS;
- Desenvolvimento e Implantação do módulo de emissão, retificação, homologação e controle de Certidão de Tempo de Contribuição para ex-servidores no Sistema de Gestão Previdenciária - SIGEPREV;
- Reapresentação de nova proposta de redação de Decreto regulamentar, definindo responsabilidades e estabelecendo procedimentos para uso dos fluxos de Validação de Tempo de Contribuição e Novo Fluxo de Concessão de Aposentadoria do sistema SIGEPREV;

* Nota: A implementação da 2ª fase do módulo judicial (obrigação de fazer) emissão de cálculos automáticos para precatórios não será realizada pela SPPREV e sim pela própria Procuradoria Geral do Estado, através de seus contadores credenciados.

C. Inatividade Militar

No exercício de 2018 foram aprimoradas as atividades de pagamento do benefício de Inatividade Militar junto a São Paulo Previdência – SPPREV.

Com relação ao próprio ato de concessão, em razão de alterações provenientes das Leis Complementares 1.303 e 1.305, ambas de 2017, foi realizado novo desenvolvimento de fluxo digital de trabalho com as pertinentes alterações legislativas e revisões matemáticas de alguns critérios.

No exercício de 2018 foram homologados 3.682 novos benefícios de inatividade militar pela Diretoria de Benefício Militar da SPPREV. Total de publicados pela Polícia Militar – 3.367 benefícios.

Em 2018 número de inatividade pagas pela SPPREV – 62.764 benefícios; Média mensal – 307 benefícios homologados.

As atividades de implantação, manutenção (alterações), e exclusões de pensões alimentícias de beneficiários inativos militares alcançaram proporções bastante expressivas, totalizando em 2018, o quantitativo de 2.132 como se observa do quadro abaixo. Inclusive deve-se ressaltar que essas atividades carecem de diligência imediata uma vez que podem implicar em sanções judiciais à Autarquia em eventual descumprimento ou falha em seu manejo, bem como transtornos ao próprio alimentante.

Em 2018, também concentrou esforços nas atividades de saldos de benefícios, findando-se o estoque de 1.761 processos referentes aos óbitos ocorridos nos anos de 2015 e 2016, conforme segue apresentado mês e saldo respectivamente – JAN - 224; FEV – 77; MAR – 97; ABR – 119; MAI – 86; JUN – 180; JUL – 240; AGO – 147; SET – 130; OUT – 189; NOV – 144; DEZ.

Os atendimentos de requerimentos atrelados à isenção de imposto de renda, representou, aumento destas demandas em relação ao ano anterior (JAN – 87; FEV – 168; MAR – 134; ABR – 189; MAI – 179; JUN - 178; JUL – 157; AGO – 169; SET – 145; OUT – 129; NOV – 217; DEZ.

De outro lado, intensificou-se bastante a atividade em expedientes judiciais posto que em 2018 houve um crescimento expressivo deste tipo de demanda. Com base nestes números realizamos revisões de procedimentos internos, com otimização de algumas atividades a fim de mantermos a qualidade laboral e não sofrer qualquer sanção por descumprimento de ordens. Seguem dados do mês, atividades judiciais homologadas e Administrativas, respectivamente (JAN – 131 – 17; FEV – 129 – 12; MAR – 208 – 36; ABR – 220 – 16; MAI – 211 – 47; JUN – 199 – 21; JUL – 161 – 15; AGO – 192 – 17; SET – 190 – 24; OUT – 188 – 10; NOV – 137 – 12; DEZ – 164 – 12).

Atividades Diversas:

- Desenvolvimento de mecanismo de planilhas de controles internos/protocolos: Controle interno visando aperfeiçoamento/melhoria nos expedientes da Gerência de Inatividade Militar, bem como redução no gasto com impressão, agilidade na tramitação de documentos e geração de subsídios para os gestores;
- Aplicações de critérios massivos, como implantações de vantagens e reajustes decorrentes de ações judiciais coletivas;
- Especificação e reuniões de homologação acerca da readequação do Fluxo de Inatividade por ter recebido em 21SET2017 alterações impactantes em procedimento e composição da folha.
- Rediscussões acerca do fluxo de Revisão de Inatividade Militar por Ordem Judicial (visa subsidiar, agilizar e aumentar a transparência das revisões e cumprimentos de ordens judiciais, com o seu respectivo ementário e documentos administrativos imprescindíveis);

- Aprimoramento do Fluxo de Concessão de Inatividade por Ordem Judicial e implantação do mesmo em ambiente de produção;
- Tratativas finais do Fluxo de Emissão de Declaração de Inatividade Militar;
- Ativação do Fluxo de Emissão de Declaração de Inatividade Militar;
- Redimensionamento do Relatório SISOB e suas funcionalidades (tratativas em andamento uma vez que envolve outras Diretorias o fluxo deve atender a todos);

Por fim, insta destacar que a Gerência de Inatividade Militar, composta por suas Supervisões: a) Supervisões de Inatividade Militar, b) Supervisão de Pagamento de Inatividade Militar e c) Supervisão de Apoio Judicial de Inatividade Militar, realiza as atividades de sua competência com excepcional esforço, uma vez que a volumetria de expedientes recebeu aumento substancial à sua linha de base enquanto de outro lado, o mecanismo de pessoal decaiu drasticamente.

D. Certidão de Tempo de Contribuição – CTC (Homologação)

CTC – Certidão de Tempo de Contribuição Homologadas no exercício de 2018 - Número de CTC Analisadas: 20.710. Número de CTC Homologada: 16.315. Média Mensal Homologadas: 1.359.

A supervisão de homologação de tempo vem contribuindo nas atividades desenvolvidas pelo GT - Grupo de Trabalho composto por integrantes do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social com o intuito de trocar experiências e informações para o desenvolvimento das novas plataformas de gestão de CTC e COMPREV – Compensação Previdenciária.

E. Emissão de certidão negativa de débito de contribuição previdenciária (CND)

Desde o exercício de 2014 é atividade realizada pela DAF/Diretoria de Administração e Finanças – Supervisão de Controle e Arrecadação.

A Certidão Negativa de Débito (CND) se refere ao recolhimento de contribuição previdenciária durante período de afastamento e é utilizada pelo Órgão de Origem para fins de contagem de tempo de contribuição.

No ano de 2018 foram emitidas 1.090 CND's.

F. Recuperação de Crédito

Com vistas a recuperar os créditos da SPREV de natureza previdenciária decorrentes de pagamentos indevidos a Diretoria de Administração e Finanças realizou no exercício de 2018 a seguinte quantidade de atendimentos: Atendimento presencial: 337; Atendimento telefônico: 1.412; Atendimento por e-mail: 3.251; Comunicado, notificações e ofícios de cobrança: 3.755.

Em decorrência dessa atividade de cobrança, no exercício de 2018 observamos a recuperação de R\$ 4.359.489,07 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sete centavos).

G. COMPREV – Compensação Previdenciária

O Estado de São Paulo possui protocolado junto ao INSS, por meio de sistema federal administrado pela DATAPREV 39.028 requerimentos de RO (Regime de Origem) de compensação previdenciária, sendo 29.105 aguardando decisão pelo INSS e 9.923 pendentes de documentação para conclusão do requerimento (incluindo homologação pelo Tribunal de Contas). Com base nos valores médios recebidos em 2017 e considerando que a totalidade dos requerimentos iniciais protocolados sejam aprovados e que 70% dos requerimentos atualmente indeferidos tornem-se aprovados no seu reenvio são estimados o recebimento de R\$ 2.880.300.519,84 (Dois bilhões, oitocentos e oitenta milhões, trezentos mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) relativos a valores atrasados e ainda de R\$ 32.143.108,81 (Trinta e dois milhões, cento e quarenta e três mil, cento e oito reais e oitenta e um centavos) de pró-rata.

Atualmente temos 45.344 requerimentos deferidos com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R\$ 9.157.984,54 (nove milhões cento e cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), que em 2018 totalizaram R\$ 114.243.865,33 (Cento e catorze milhões, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos).

Em contrapartida, o INSS tem protocolado junto ao Estado de São Paulo 10.889 requerimentos de compensação previdenciária. Atualmente tem-se 10.312 requerimentos deferidos ao INSS com pagamento ativo que geram pró-rata mensal de R\$ 2.191.940,88 (dois milhões cento e noventa e um mil novecentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos), que totalizaram em 2018 R\$ 26.053.051,68 (Vinte e seis milhões, cinquenta e três mil, cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos) à autarquia federal.

Com base nos valores médios recebido em 2017 e considerando que a totalidade de requerimentos protocolados sejam aprovados, gerariam R\$ 350.221.881,40 (trezentos e cinquenta milhões, duzentos e vinte e um mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta centavos) de valores atrasados

e ainda R\$ 2.342.434,88 (Dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos) de pró-rata, considerando-se que sejam calculados pela média de benefícios do INSS.

No exercício de 2018 foram enviados ao INSS 18.841 requerimentos de compensação previdenciária. O INSS aprovou 7.229 requerimentos de compensação previdenciária e indeferiu 6.870 gerando R\$ 200.988.877,13 (Duzentos milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e treze centavos) ao Estado de São Paulo referente ao fluxo. Destes 697 referem-se a benefícios do estoque, totalizando R\$ 5.264.240,05 (Cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais e cinco centavos) de crédito.

Em contrapartida a SPPREV aprovou 2.213 requerimentos de compensação previdenciária e indeferiu 2.291 ao INSS que correspondeu a R\$ 28.498.467,19 (Vinte e oito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos) de compensação reconhecidos à autarquia Federal correspondente ao fluxo. Destes, 157 referem-se a benefícios do estoque, totalizando R\$ 954.419,03 (novecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e três centavos) no exercício de 2018."

Varição proporcionalidade nas decisões pelo RPPS: 4,46% (de 72,35% para 76,81%)

Varição proporcionalidade nas decisões pelo INSS: 7,6% (de 71,15% para 78,70%).

Valores recebidos e pagos – fluxo e estoque 2018

R\$ (reais)

| | CREDITO - FLUXO | CREDITO - ESTOQUE | DÉBITO - FLUXO | DÉBITO ESTOQUE |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|
| Valor Total | 315.232.742,46 | 262.255.761,32 | 54.551.518,87 | 4.510.108,82 |
| Total de Glosas(1) | 20.531.189,67 | 252.387.391,13 | 86.315,75 | - |
| ACO 2086 (2) | - | 18.231.242,94 | - | - |

1 Incluídas 563 compensações de aposentadorias ativas, com pensão identificada no cruzamento de dados que trata a Comissão COMPREV – Portaria SPPREV nº 385/17.

2 Do total de Crédito Estoque COMPREV registrado em 2018 notamos a contabilização de R\$ 18.229.068,31/janeiro e R\$ 2.174,63/novembro referente a saldos da tutela antecipada na ação cível originária nº 2.086.

Requerimentos cadastrados pelos outros órgãos

Foram recepcionados 2.504 requerimentos dos órgãos em que a concessão de aposentadoria não é realizada pela SPPREV: TCESP – Tribunal de Contas do Estado, TJSP – Tribunal de Justiça, TJM – Tribunal de Justiça Militar, ALESP – Assembléia Legislativa, MP – Ministério Público, Defensoria Pública, USP, UNESP e UNICAMP - Universidades.

Comissão COMPREV: instituída por meio da Portaria SPPREV nº 66/2015, com alteração pela Portaria 385/2017, tem o objetivo de estudar, analisar e propor soluções para o fluxo de documentos, processos e procedimentos relativos à atividade de compensação previdenciária, além de estudos e providências relativas a atualização de sua base cadastral. A comissão desenvolveu as seguintes atividades em 2018:

- especificação da Task 47746 que trata da importação para o Sigeprev dos registros constantes no Comprenet do universo considerado com inconsistência - item 1;
- assinatura da task 43591 que objetiva realizar o cruzamento das informações do Sisobi com o cruzamento Aplar para preenchimento da data de óbito do servidor, e ainda, realizar o cruzamento das informações do SISOBI com os dados já cadastrados no SIGEPREV na base do COMPREV;
- conclusão da task 27933 que define as regras de importação dos registros considerados sem inconsistência definidos no universo I, presentes na base do Comprenet, para tela funcional Comprev;
- assinatura da task 43560 que visa restringir a visualização de arquivos digitalizados por usuários externos da Tela de Cadastro de Requerimento Comprev, limitando a visualização apenas aos documentos digitalizados pelo órgão ao qual o usuário está associado.

H. Economia com a eliminação de pagamentos indevidos

O cancelamento de pagamento de segurados em virtude de identificação de benefícios e/ou valores de benefícios indevidamente percebidos (fraude previdenciária), fruto de cruzamentos entre as bases de dados cadastrais do SIGEPREV e outros órgãos/entidades e de ações diretas da Autarquia, gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R\$ 398.102.073,28 (Trezentos e noventa e oito milhões, cento e dois mil, setenta e três reais e vinte e oito centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2018.

Nesse âmbito e em atendimento ao art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004, foram dados continuidade a medidas implantadas e/ou consolidadas no exercício anterior:

A) Sistema de monitoramento dos participantes

A competência de **recadastramento e de recenseamento** por parte da autarquia vem sendo legalmente observada por meio de contrato firmado com instituição bancária (Banco do Brasil) e com a empresa contratada para a realização de perícias médicas (Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho LTDA).

Realização de 442.497 recadastramento no exercício de 2018 sendo 393.973 realizados no Banco do Brasil, 46.215 pelo atendimento SPPREV e 2.309 através de visitas domiciliares. Foram atividades realizadas: **(i)** Recebimento do pedido, agendamento, controle e realização de 2.491 recadastramentos domiciliares até 31 de dezembro de 2018; **(ii)** Análise dos recadastramentos efetuados, com a devida observância ao estipulado pela Portaria 467/2018; **(iii)** Início das tratativas para celebração de convênio com o IIRGD para que na realização do censo previdenciário seja possível a consulta às bases daquele instituto para confirmação da identidade dos beneficiários da SPPREV como forma de segurança e visando ao não pagamento de benefícios indevidos.

Total de Beneficiários recadastrados por mês em 2018: JAN – 38.313; FEV – 36.862; MAR – 37.124; ABR – 35.587; MAI – 35.355; JUN – 34.671; JUL – 37.177; AGO – 38.360; SET – 36.916; OUT – 38.680; NOV – 36.644; DEZ – 36.908. Resumo do recadastramento: Agência bancária – 393.973 (89%); Presencial/domiciliar – 48.524 (11%).

Em 2018 foram entregues 2.751 (dois mil e setecentos e cinquenta e um) laudos de perícias médicas pela Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho Ltda.

B) Núcleo de Inteligência Previdenciária – NIP

A SPPREV estabeleceu um Núcleo de Inteligência Previdenciária - NIP, que em consonância com a Lei Estadual nº 10.177/88, coordena e realiza o monitoramento dos benefícios previdenciários sob sua gestão, promovendo a prevenção e a correção das irregularidades, erros ou eventuais desvios.

Atua na invalidação de benefícios no intuito de cumprir a disposição legal da Lei Federal nº 9.717/98. Esta atividade gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido o valor presente da ordem de R\$ 6.019.783,36 (seis milhões dezanove mil setecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2018.

Pela **Diretoria de Benefícios Cíveis** durante o exercício de 2018 foram instaurados 55 procedimentos de invalidação/extinção, 129 procedimentos administrativos em trâmite além do arquivamento de 565 procedimentos administrativos. Foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades pelo NIP no âmbito da Diretoria de Benefícios Cíveis: **Indícios de Irregularidades Acumulados em 2018 para Recadastramento** (1065), sendo Em andamento (665), Saldo Pendente (400), confirmação de União Estável em 164 casos. Para **Denúncias** (301), sendo em Andamento (41), Saldo Pendente (301). O Total de indícios de irregularidades (1366), sendo em andamento (706), saldo pendente (701). **Planilhas SISOB/SEADE** totalizaram 4.632 estoques, 1.697 finalizados e 2.935 pendentes. **Protocolos Pendentes** (2.935), **Elaborar doc. Ext.** (1.892), **Liberação de Pagamento** (58), **Digitalização de documento** (02), **Extinção de benefício** (317), **Análise do Supervisor** (646).

Pela **Diretoria de Benefícios Militares** durante o exercício de 2018 foram encerradas 228 averiguações sendo 124 delas concluídas como positivas e ainda existem 154 em curso.

Dentre as principais atividades do Núcleo de Inteligência Previdenciária, destaca-se: (a) Controles Preventivos – evitar a ocorrência de erros, desperdício ou irregularidades; (b) Controles Detectivos – detectar erros, desperdícios ou irregularidades, no momento da ocorrência, permitindo a adoção de medidas tempestivas; (c) Controles Corretivos - detectar erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenham ocorrido, permitindo a adoção posterior de ações corretivas.

Sob este enfoque, destaca-se a realização de ações internas de checagem de cadastros entre o RPPS e o RPPM do Estado de São Paulo para verificação das condições dos beneficiários, além de verificação de casamentos e óbitos pelos respectivos sistemas SEADE (âmbito estadual) e SISOB (âmbito nacional).

Destacamos a realização de averiguação/investigação social. A maioria das averiguações sociais são realizadas para apuração da existência de união estável. Havendo, ainda, casos de verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de alguns beneficiários.

2. Gestão Corporativa

A. Reestruturação Organizacional e de Cargos e Salários

A SPPREV não realizou concurso público no ano de 2018 em razão de não ter obtido autorização governamental.

Com o advento da autorização governamental contida no Processo SPPREV 1.239.756-17 SF, publicado em DOE de 15/12/2018, espera-se preencher as vagas autorizadas quais sejam: 14 vagas

de empregos de Analista em Gestão Previdenciária e 77 vagas para o emprego de Técnico em Gestão Previdenciária.

A última reclassificação de salários do quadro funcional da autarquia ocorreu por intermédio da Lei Complementar 1.317 de março de 2018.

Demonstramos abaixo o comparativo do percentual de ocupação do quadro de empregados públicos permanentes da autarquia, entre os anos de 2017 e 2018.

Ano de 2017

| Emprego público permanente | Vagas previstas | Vagas ocupadas | % ocupação |
|--|-----------------|----------------|---------------|
| Analista em Gestão Previdenciária | 95 | 81 | 85,26% |
| Técnico em Gestão Previdenciária | 300 | 223 | 77,66% |
| Total | 395 | 304 | 76,96% |

Ano de 2018

| Emprego público permanente | Vagas previstas | Vagas ocupadas | % ocupação |
|--|-----------------|----------------|---------------|
| Analista em Gestão Previdenciária | 95 | 79 | 83,15% |
| Técnico em Gestão Previdenciária | 300 | 210 | 70,00% |
| Total | 395 | 289 | 73,16% |

Capacitação

Conforme discriminado no quadro abaixo no ano de 2018 foram promovidos 53 eventos de capacitação por meio dos esforços internos da autarquia e em parceria com as Escolas de Governo FAZESP e EGAP, esta última atuando em cooperação com o Comitê da Gestão do Conhecimento e Inovação da São Paulo Previdência, bem como de outros eventos oferecidos por entidades governamentais, que resultaram em 287 inscrições de participantes do quadro funcional da autarquia perfazendo um total de 4.656,50 horas de capacitação ofertadas no exercício.

Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho Reestruturação Organizacional criado por meio da Portaria SPPREV nº 405, de 13-11-2014 com vigência prorrogada pela Portaria SPPREV nº 385, de 11/11/2016 e Portaria SPPREV nº 476 de 12/11/2018 desenvolveu durante o exercício de 2018 as seguintes atividades: (i) Continuação dos estudos e debates sobre a proposta da nova estrutura da Diretoria de Relacionamento com o Segurado; (ii) Conclusão da proposta de reestruturação da Presidência; (iii) Conclusão da proposta de reestruturação do Núcleo de Inteligência Previdenciária – NIP; (iv) Conclusão da proposta de estruturação do setor de Controladoria Interna.

B. Comitês em funcionamento

Comitê de Gestão do Conhecimento e Inovação: (i) Criação de canal na intranet “Comitê de Gestão do Conhecimento e Inovação”. Espaço para divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê; Projeto “Conectando Idéias” – espaço para manifestação e proposição de idéias e inovações; Espaço para desenvolvimento e divulgação de treinamentos internos; Espaço destinado ao teletrabalho. (ii) Realização e divulgação de pesquisa sobre a comunicação interna; (iii) Realização do Encontro Conectando Idéias com tema “Comunicação Assertiva” conduzido por Andressa Maurício; (iv) Levantamento das necessidades de treinamentos para os colaboradores, em conjunto com os supervisores e gerentes. Efetivação de parceria com a Escola de Governo e Administração Pública - EGAP sendo promovidos treinamentos sobre o fluxo de concessão direta; folha de pagamento de aposentadorias e, por fim, pensão por morte, na modalidade EAD. Também houve participação da SPPREV no programa de treinamento dos RHs desenvolvido pela EGAP. (v) Realização de estudo de caso empregando a metodologia “Design Thinking” para desenvolvimento de projeto de inovação, com a utilização de técnicas de brainstorming, mapa de empatia, prototipagem, mapa mental, etc; (vi) Elaboração e divulgação da Portaria SPPREV nº 229 de 05/06/2018 que trata do projeto piloto de teletrabalho; (vii) Melhoria promovida no processo de Isenção de Imposto de Renda, evitando abertura do fluxo desnecessariamente, obtendo economia no tempo, emissão de documentos e correio.

Comitê de Auditoria de Folha de Pagamento: Em outubro de 2018 foi instituído por meio da Portaria SPPREV nº 430 de 10/10/2018 comitê com objetivo de mapear atividades referentes a folha de pagamento, elaborando relatório de riscos e propostas de controle de folha de pagamento. No exercício de 2018 o comitê deu início aos trabalhos realizando o levantamento e mapeamento de algumas atividades.

C. Redução e Otimização das Despesas de Custeio

Em continuidade ao processo de revisão e otimização dos contratos de prestações de serviço, durante o exercício de 2018, os seguintes contratos foram renegociados com reduções:

1) Processo SP DOC nº 275.743/2017

Contratada: PLM Locadora de Veículos Ltda EPP.

Objeto: Contratação de serviços de transporte com condutor e combustível.

Redução de 40,00% sobre o valor global atualizado da contratação, redução aplicada a partir de 21.09.2018, perfazendo o valor de redução mensal de R\$ 21.979,60 e anual de R\$ 263.755,20 – Adequação da frota ao Decreto nº 62.837/2017.

2) Processo SP DOC nº 641.516/2017

Contratada: Assisnet Serviços de Informática Ltda EPP

Objeto: Prestação de serviços de segurança em redes de computadores do tipo firewall.

Redução de 25,00% sobre o valor global atualizado da contratação, redução aplicada a partir de 03.04.2018, perfazendo o valor de redução mensal de R\$ 4.548,34 e anual de R\$ 54.480,08.

Em atenção ao Decreto nº 63.137, de 02 de janeiro de 2018, que trata da autorização para a SPPREV utilizar partes do Palácio Clóvis Ribeiro, com a mudança da sede, os contratos de locação de imóveis e outros foram rescindidos / renegociados, gerando uma economia mensal estimada de R\$ 947.874,96 e anual estimada de R\$ 11.374.499,52 como demonstrado:

Quadro Resumo: em R\$

| Item de Despesa | Economia Mensal | Economia Anual |
|-------------------|-------------------|----------------------|
| Serviços | 99.255,84 | 1.191.070,08 |
| Aluguel de imóvel | 819.616,07 | 9.835.392,84 |
| Condomínio | 29.003,05 | 348.036,60 |
| Total | 947.874,96 | 11.374.499,52 |

A redução anual obtida, comparada com as despesas administrativas do exercício de 2018, representa 15,3% das despesas de custeio e 10,9% do total das despesas administrativas da Autarquia:

DESPESA ADMINISTRATIVA SPPREV 2018

| GRUPO DE DESPESA | DESPESA LIQUIDADADA | ECONOMIA | % |
|----------------------------|-----------------------|----------------------|--------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 30.370.635,79 | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 76.524.395,43 | 11.692.734,80 | 15,3% |
| Investimento | 97.026,00 | - | - |
| Total | 106.992.057,22 | 11.692.734,80 | 10,9% |

D. Modernização na Infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação

Os pilares das atividades da área de TI continuaram focadas para a alta performance, disponibilidade e segurança da infraestrutura de TI. Os principais projetos em 2018 foram:

Para a SPPREV teve forte dependência do sucesso das atividades da área de TI. O foco total da equipe no início do ano foi na mudança do prédio sede da SPPREV, da antiga sede para o prédio da Secretaria da Fazenda em apenas 9 dias. Essa mudança não foi apenas uma movimentação de equipamentos, mas também uma grande mudança do conceito de infraestrutura de tecnologia, que passou a contar com modelo de serviços on premise, colocation, hosting e colocation virtual. Objetivo: garantir segurança, alta performance e alta disponibilidade para a estrutura de TI - SPPREV, que conta com: (i) Parque de máquinas: 624 computadores em uso e 230 em reserva técnica (estoque); (ii) Usuários ativos de rede: 740 (Funcionários, estagiários e prestadores de serviço); (iii) Redes de dados: 16: 1 Sede e 15 Regionais. São monitoradas e gerenciadas à distância. Observamos que a SPPREV disponibiliza dois Pontos de Atendimento: 1 em SP - CBPM e 1 em Botucatu, nas instalações da Prefeitura da cidade; (iv) CPD Sede: 40 servidores: 8 físicos e 32 virtuais, backup realizado com replicação de servidores; (v) CPD Colocation PRODESP: 31 servidores: 10 físicos e 21 virtuais; (vi) Backup diário (total): 2.389 GB; (vii) Telefonia: 696: 100 ramais digitais e 596 ramais analógicos.

O setor foi responsável pelo: **(i)** Projeto e acompanhamento da implantação de rede estruturada conectando 5 andares do prédio da Fazenda e 2 andares do bloco anexo; **(ii)** Instalação e configuração de todos os ativos de rede, tanto na distribuição horizontal como vertical; **(iii)** Fiscalização da instalação e funcionamento de 1.367 pontos estruturados, tanto de voz quanto de dados; **(iv)** Desinstalação e instalação de 726 computadores; **(v)** Virtualização de 9 servidores físicos legados; **(vi)** Criação de redundâncias e backup de 13 servidores virtuais; **(vii)** Projeto e acompanhamento do modelo de infraestrutura de servidores; **(viii)** Planejamento e integração das atividades de 8 prestadoras de serviços essenciais ao funcionamento da autarquia; **(ix)** Power on e teste de toda a infraestrutura antes do início das atividades dos colaboradores da autarquia.

Ademais às atividades da mudança, durante o ano o setor reforçou seu foco em um trabalho alinhado à metodologia de gestão de projetos, aumentando a maturidade e o foco de toda a equipe nesse método. Nesse ano também foi reformulado o termo de referência que rege os serviços primordiais da GTI. Essa reformulação afeta diretamente a mensuração e relacionamento entre os serviços prestados internamente e externamente à SPPREV. Seus frutos deverão impactar os próximos 5 anos da gestão de tecnologia da autarquia. Em relação às atividades de rotina, os pilares das atividades da GTI continuaram focadas para a obtenção de alta performance, disponibilidade e segurança da Infraestrutura e serviços de TI. Os principais projetos de melhoria foram: Projetos de infraestrutura - Substituição da tecnologia de PABX utilizada pela SPPREV, sendo necessária a desmobilização e implantação de nova solução; Reformulação de alguns setores após a mudança, havendo ativação e manobra de 411 pontos estruturados; Adequação do ambiente do CPD às condições do prédio; Implementação de ambiente de homologação de serviços de tecnologia em servidores dedicados; Implantação de nova fibra de contingência de dados. Desenvolvimento de sistemas e melhorias (utilização interna SPPREV) - Descontinuação de solução de email interno e unificação da plataforma de comunicação por email da SPPREV; Implantação de ferramenta de gestão de chamados, Service Manager, com implementação de políticas de SLA e priorização de chamados. Extração de relatórios - Executado levantamento e criação de relatórios para fim de acompanhamento de indicadores de resultado nas áreas fim e meio da SPPREV; Disponibilização de novos relatórios na plataforma de BI Oracle. Assessoramento em Tecnologia - Atividade executada em conjunto com diversas áreas da autarquia, auxiliando esses setores em demandas relacionadas à Tecnologia da Informação; Participação dos membros da GTI em diversos grupos de trabalho da autarquia. **Digitalização** (i) Aproximadamente 4.000.000 páginas digitalizadas e disponibilizadas para consulta; (ii) Transferência dos documentos localizados na Caixa Beneficente da Polícia Militar para o Arquivo Público do Estado; (iii) Disponibilização do sistema de digitalização de imagens a órgãos e secretarias para a realização da atividade diretamente na origem; (iv) Controle, agendamento e emissão/renovação de certificados digitais. **Folha de Pagamento** (i) Processamento de aproximadamente seis milhões de pagamentos durante o ano de 2018 envolvendo recursos e insumos de entrada (carga de informações externas, como Seade, Sisobi, CIAF, Prodesp, Iamspe, CIP e de legislação, entre outros); processamento (recursos humanos e de estrutura lógica) e de saída (arquivos de pagamento, relatórios financeiros e arquivos informativos e de controle); (ii) Criação do grupo de monitoramento da folha de pagamento visando, entre outras atividades, a validação de rotinas e controle dos processos do ciclo de folha, a análise das funcionalidades e fluxos de manutenção atuais e a apresentação de propostas de melhorias; (iii) Aplicações de critérios massivos, como reajustes e reenquadramentos de classes. **SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária)** (i) Disponibilização do aplicativo SPPREV com as seguintes funcionalidades: consulta demonstrativo de pagamento, consulta informe de rendimentos, primeiro acesso, esqueci a senha, cadastro / alteração de endereço, cadastro / alteração de e-mail; (ii) Desenvolvimento no autoatendimento da funcionalidade de cadastro de e-mail, com o objetivo de manter o endereço eletrônico do beneficiário atualizado no SIGEPREV; (iii) Adequação do código de cálculo da folha de pagamento para tratamento do lançamento das diferenças de contribuição previdenciária quando tratar-se de cálculo retroativo e folha normal; (iv) Adequação do código de cálculo da folha de pagamento para tratamento do lançamento das diferenças de Imposto de Renda normal e RRA quando tratar-se de cálculo de benefícios com processamento em curso e que possuam outros benefícios já pagos na mesma competência para o mesmo beneficiário; (v) Melhorias no fluxo de Extinção; (vi) Abertura e acompanhamento de Tickets e Tasks, com foco na correção de problemas pontuais apresentados pelo sistema e no desenvolvimento das funcionalidades do mesmo; (vii) Fornecimento de relatórios solicitados pelas áreas fim e pelas áreas administrativas; (viii) Adequação na demonstração e o cálculo do INSS no documento da VTC, onde oportunamente aproveitamos para reestruturar o processo de contagem de tempo, tornando o sistema mais rápido e a demonstração da contagem mais simples; (ix) Criação do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade eletrônico, relativo às informações disponíveis e utilização do sistema; (x) Integração com o novo DSDI onde as assinaturas de todos os documentos no SIGEPREV passaram

por adequação para integração com o novo sistema de assinatura; (xi) Implantação do fluxo de Controle Judicial Massivo, com o objetivo de otimizar o cadastro de ordens judiciais para agilizar as demandas e necessidades da DBS; (xii) Início das tratativas para a implantação do fluxo de Controle Judicial Massivo na DBM; (xiii) Importação dos registros do sistema Aplar dos casos sem inconsistências para atualizar os requerimentos Comprev; (xiv) Continuação do projeto do sistema eSocial x SIGEPREV, com construção da estrutura do sistema, e desenvolvimento dos processos de carga dos eventos principais para geração dos arquivos XML; (xv) Geração de arquivos para emissão do demonstrativo de pagamento nos caixas eletrônicos do Banco do Brasil, com a consequente economia para a autarquia e do positivo impacto ambiental; (xvi) Estudo, planejamento e início de especificação por parte do grupo de monitoramento e da Comissão de controle de folha de melhorias visando a automatização e a ampliação do controle e segurança nos pagamentos realizados pela SPPREV (Tasks 51439, 51483, 51986, 52131 e 52139); (xvii) Implantação do novo fluxo de Declaração de Inatividade, com o objetivo de padronizar as certidões de inatividade emitidas no atendimento da sede e dos escritórios regionais. (xviii) Contínua alimentação do SIGEDOC, atualizando a evolução Financeira da Folha SPPREV, Informativo GPR e Manuais do Sistema. Seguem algumas informações disponíveis no SIGEDOC – **Evolução quantitativa de beneficiários pagos na Folha**, considera benefícios ativos em folha de pagamento em 31/12/2018 (2018): JAN – 451.062; FEV – 452.822; MAR – 454.502; ABR – 455.905; MAI – 456.977; JUN – 458.104; JUL – 459.572; AGO – 461.272; SET – 463.574; OUT – 462.837; NOV – 461.887; DEZ – 465.772. **Evolução financeira**, valores em Bilhões de reais (ANO 2018): JAN – 2.038,31; FEV – 2.060,52; MAR – 2.220,32; ABR – 2.171,10; MAI – 2.169,32; JUN – 2.173,13; JUL – 2.186,44; AGO – 2.206,37; SET – 2.209,21; OUT – 2.207,55; NOV – 2.196,17; DEZ – 2.262,46. **Beneficiários por Gênero** - Total Geral: 70% - Feminino; 30% - Masculino. Aposentadoria: 79% - Feminino; 21% - Masculino. Inatividade: 04% - Feminino; 96% - Masculino. Pensão Civil: 79% - Feminino; 21% - Masculino. Pensão Militar: 94% - Feminino; 06% - Masculino. **Geolocalização**: São Paulo – 23,70%; Campinas – 2,94%; Sorocaba – 2,13%; Guarulhos – 2,08%; Ribeirão Preto – 1,91%; São José do Rio Preto – 1,65%; Santos – 1,62%; Bauru – 1,61%; Santo André – 1,27%; Mogi das Cruzes – 1,20%; Taubaté – 1,18%; São Bernardo do Campo – 1,14%; São José dos Campos – 1,10%; Presidente Prudente – 1,07%; Araraquara – 1,03%. **Porcentagem de Acesso de Beneficiários considerando o total de beneficiários**: JAN – 23%; FEV – 28%; MAR – 47%; ABR – 51%; MAI – 31%; JUN – 25%; JUL – 25%; AGO – 26%; SET – 25%; OUT – 24%; NOV – 26%; DEZ – 28%. **Porcentagem de Acessos ao Auto Atendimento por tipo de Benefício**, percentual comparado ao total de beneficiários em Dezembro/2018/ Quantidade de acessos no período – beneficiários distintos (2018): Aposentadoria – 83% (225.697); Inatividade – 98% (61.492); Pensão Civil – 52% (47.680); Pensão Militar – 68% (26.200). **Quantidade de beneficiários por tipo de benefício, ativos em folha de pagamento em 31/12/2018**: Aposentadoria – 273.162; Inatividade – 62.697; Pensão Civil – 91.621; Pensão Militar – 38.292; Total Geral – 465.772. Em junho de 2018 foi o lançamento do aplicativo SPPREV.

E. Relacionamento com Segurado – Atendimento Sede e Regional

Em 2018, o objetivo principal foi continuar a oferecer atendimento em excelência aos beneficiários da São Paulo Previdência e, para tanto, houve aprimoramento dos fluxos de atendimento e ações de melhoria com foco nos serviços prestados pela Gerência de Relacionamento. Atividades executadas: (i) Análises técnicas de pensões civis; (ii) Análises de decisão de pensões civis; (iii) Análises técnicas de pensões militares; (iv) Análises de decisão de pensões militares; (v) Recadastramentos; (vi) Alterações de conta corrente e cadastro civil; (vii) Alterações de conta corrente e cadastro militar; (viii) Auxílio na atividade de obtenção de extrato financeiro para ações judiciais; (ix) Elaboração de respostas sobre revisão de pagamento de aposentadorias; (x) Confecção e emissão de Declaração de Aposentadoria, Declaração de Inexistência de Benefício, Declaração de viagem Terrestre, Declaração de PIS/PASEP no ato do atendimento; (xi) Atendimento à demandas relacionadas ao Portal do Consignado; (xii) Atendimento às demandas de Correios; (xiii) Auxílio nos cálculos judiciais de adicional por tempo de serviço para pensionistas civis; (xiv) Saldo de extinção de aposentadoria – iniciados e concluídos nos escritórios regionais; (xv) Visitas domiciliares. Ações de Melhorias: **Sede** (i) Início da fase de testes para implantação de entrega via auto atendimento da Declaração de Aposentadoria / Declaração de Dependentes / Declaração de Inatividade; (ii) Implantação do fluxo de saldo de extinção de aposentadoria: atendimento presencial inicial, otimiza e atua no novo fluxo com celeridade no procedimento de saldo e exclusão dos beneficiários; (iii) Implantação da identificação do usuário na abertura dos fluxos. Desta maneira, há mais agilidade na solução quando da incorreção de aberturas e formalização de fluxos; (iv) Alteração nos fluxos de atendimento. Tarefa ‘digitalização’ vir antes da tarefa ‘alteração cadastral e afins’. Desta forma há mais celeridade aos setores para efetuar a demanda, de modo que a imagem é sempre digitalizada antes de efetuar a tarefa; (v) Inclusão manual de CEP quando do cadastro do endereço. Com a ferramenta não é mais necessário abrir suporte Sigeprev quando não constar no banco de dados tal CEP; Sugestões contínuas para

aperfeiçoamento das informações contidas no site da SPPREV no que diz respeito ao atendimento.

Escritórios Regionais: (i) Manutenção dos serviços de vigilância e limpeza nos Escritórios Regionais; (ii) Atualização contínua do Portal GRE, visando disseminar as atualizações de procedimentos e aprimorar acesso à informação pelos servidores que prestam atendimento ao público; (iii) Realização de manutenção nos Escritórios por meio de revisão elétrica e hidráulica, limpeza e troca de aparelhos de ar condicionado de acordo com a necessidade local. (iv) Conclusão de reforma no Escritório Regional de Araraquara; (v) Inauguração de ponto de atendimento na cidade de Botucatu em regime de cooperação com a Prefeitura Municipal de Botucatu; (vi) Avanço das negociações com a Secretaria da Fazenda para mudança do Escritório Regional de Presidente Prudente para aquele Órgão por meio de Termo de Permissão de Uso, com a finalidade de trazer economia e facilidades aos beneficiários; (vii) Implantação do fluxo e saldo de extinção de aposentadoria nos escritórios regionais que iniciam e concluem o fluxo, minimizando demanda para área fim; (viii) Mudança do escritório regional de Santo Amaro – Poupatempo para o “Mais Shopping” proporcionando um melhor atendimento aos beneficiários; (ix) Início das tratativas com a Secretaria da Fazenda para mudança temporária do escritório regional de Santos que passará por reformas; (x) Incentivo e participação significativa dos funcionários lotados nos escritórios regionais em cursos, palestras e grupos de trabalho na sede, a fim de que haja inclusão e compartilhamento de experiências e conhecimentos. (xi) Gravação de cursos pertinentes ao atendimento pelos funcionários dos escritórios regionais.

Relatórios mensais: a GRE prepara relatórios gerenciais para acompanhamento de todos os canais de atendimento. (i) Presenciais: atendimento Sede, Escritórios Regionais e Pontos de Atendimento; (ii) Não presenciais: atendimento Correios e atendimento call center.

Serviço de call center: (i) Início do Estudo de viabilidade para ampliar o sistema de Agendamento de atendimento na Sede; (ii) Implantação, treinamento e homologação do Sistema de Relacionamento com o Cidadão (CzRM). Com a nova ferramenta há a possibilidade de: 1) cadastrar os usuários atendidos; 2) registrar a informação prestada a fim de manter histórico de atendimento de cada usuário; 3) localizar os agendamentos para atendimento presencial e Ouvidoria solicitados por telefone; 4) extrair relatórios dos atendimentos agendados, tanto de Ouvidoria quanto de atendimento presencial. Treinamento periódico dos supervisores da Call Center e da empresa terceirizada de atendimento junto ao corpo de funcionários da sede da SPPREV a fim de instrução e atualização de procedimentos.

Atendimentos presenciais realizadas na Sede em 2018: JAN – 2.903; FEV – 1.841; MAR – 5.742; ABR – 5.692; MAI – 2.039; JUN – 2.110; JUL – 2.282; AGO – 2.473; SET – 2.152; OUT – 2.448; NOV – 1.913; DEZ – 1.697.

Protocolos via Correspondências abertos em 2018: JAN – 872; FEV – 696; MAR – 984; ABR – 952; MAI – 1.046; JUN – 1.038; JUL – 1.125; AGO – 1.010; SET – 1.260; OUT – 1.268; NOV – 873; DEZ – 769.

Números de Ligações Recebidas no Call Center: JAN – 54.049; FEV – 52.719; MAR – 91.655; ABR – 131.768; MAI – 51.188; JUN – 39.962; JUL – 42.081; AGO – 48.489; SET – 44.076; OUT – 45.759; NOV – 41.224; DEZ – 41.224.

FLUXOS SIGEPREV INICIADOS NO ATENDIMENTO – Sede/Regionais, respectivamente: JAN – 3.146/5.293; FEV – 2.936/4.927; MAR – 4.290/5.015; ABR – 4.521/5.481; MAI – 4.130/5.062; JUN – 4.455/4.734; JUL – 4.619/5.015; AGO – 5.547/5.638; SET – 4.389/5.535; OUT – 5.534/6.146; NOV – 3.522/4.749; DEZ – 3.426/4.921.

Fluxo de Saldo de Extinção de Aposentadoria iniciados e concluídos nos Escritórios Regionais: JAN – 0; FEV – 32; MAR – 87; ABR – 173; MAI – 226; JUN – 279; JUL – 201; AGO – 265; SET – 176; OUT – 192; NOV – 155; DEZ – 142.

3. Ações Futuras: (i) Planejar e estruturar a implantação da Certificação ISO 9001 nos processos de concessão de pensões e aposentadorias; (ii) Aquisição de sede própria, sem ônus para o erário público, por meio de alienação de imóvel transferido à SPPREV pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, mediante permuta por área construída no local, desonerando a SPPREV das despesas com aluguel; (iii) 4.3 - Contratação, por meio de pregão eletrônico, de serviços técnicos especializados de instituição financeira com vistas à estruturação, constituição, administração e colocação no mercado de capitais, de cotas de um Fundo de Investimento Imobiliário destinado à gestão de patrimônio imobiliário da SPPREV, transferido pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, visando a sua rentabilidade e liquidez com a finalidade precípua de destinar recursos ao Fundo Previdenciário; (iv) Iniciar tratativas com vistas operacionalização da transferência do processamento da folha de pagamento dos inativos do Tribunal de Contas do Estado, órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo e Universidades; (v) Aguarda aprovação da minuta de lei, dispondo alteração na Lei Complementar nº 180/78 e do Decreto nº 52.859/07, sobre o benefício previdenciário de pensão por morte no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos do Estado de São Paulo, em razão da Medida Provisória nº 664/2014 que alterou dispositivos da Lei Federal 8.213/91 que trata do benefício de pensão por morte no âmbito dos regimes RPPS e RGPS; (vi) Desenvolvimento do módulo de CTC – Certidão de Tempo de Contribuição (ex-servidores) no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV; (vii) Implementar a 2ª fase do módulo judicial (Obrigação de Pagar) emissão de cálculos automáticos para precatórios (2º semestre); (viii)

Aprimorar a automação das rubricas de pagamento da vantagem de Art.133; (ix) Estender o Projeto de Digitalização dos Processos de Aposentadoria para a Secretaria de Segurança Pública; (x) Continuar o Projeto de Capacitação de Colaboradores nas demandas previdenciárias; (xi) Revisar e reeditar manuais de fluxos de trabalho que envolvam o procedimento e documentos obrigatórios de concessão de aposentadoria; (xii) Revisar e Implementar fluxos de concessão de pensão por morte; (xiii) Concluir e implementar os critérios de concessão e pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte em razão da previdência complementar; cujo desenvolvimento está vinculado a reestruturação dos fluxos de concessão de pensão. (xiv) Acompanhar e traçar diretrizes no âmbito previdenciário em caso de eventual reforma previdenciária em virtude da PEC 287/16. (xv) Implantação do projeto piloto de teletrabalho para os colaboradores da DBS, nos termos disciplinados pela Portaria SPPREV nº 437/2018.

4. Receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de Petróleo e Gás Natural

ROYALTIES

Por meio da Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São Paulo Previdência, esta autarquia passou a receber, a partir do mês de dezembro de 2015 valores advindos de tal atividade.

No exercício de 2018 foram recebidos R\$ 2.112.998.414,18 (dois bilhões cento e doze milhões novecentos e noventa e oito mil quatrocentos e quatorze reais e dezoito centavos) distribuídos da seguinte forma:

| Royalties e Participação Especial – Quota parte do Estado SPPREV 2018 | | |
|--|---------------------------------------|---|
| 2018 | | |
| Mês | Royalties (R\$) ⁽¹⁾ | Participação Especial (R\$) ⁽²⁾ |
| Janeiro | 10.718.713 | 0 |
| Fevereiro | 43.577.252 | 303.992.223 |
| Março | 45.296.649 | 0 |
| Abril | 38.830.808 | 0 |
| Maio | 41.274.052 | 351.553.177 |
| Junho | 38.527.692 | 0 |
| Julho | 52.780.594 | 0 |
| Agosto | 51.830.635 | 399.991.872 |
| Setembro | 53.710.166 | 0 |
| Outubro | 52.228.852 | 0 |
| Novembro | 59.309.000 | 509.448.489 |
| dezembro | 59.928.237 | 0 |
| Total | 548.012.652 | 1.564.985.762 |

(1) O Royalty é uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis (Fonte: ANP).

(2) A participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Para apuração da participação especial sobre a produção de petróleo e de gás natural, alíquotas progressivas, que variam de acordo com a localização da lavra, o número de anos de produção e o respectivo volume de produção trimestral fiscalizada, são aplicadas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, consideradas as deduções previstas no §1º do Art.50 da Lei nº 9.478/1997, royalties, investimentos na exploração, custos operacionais, depreciação e tributos (Fonte: ANP).

Os recursos recebidos são utilizados para pagamentos de benefícios previdenciários, sendo a alocação distribuída entre os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e o Ministério Público proporcional à insuficiência financeira do órgão / entidade com base na média móvel dos últimos cinco anos, como deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Autarquia.

A projeção de recebimento referente a Royalties e Participação Especial previsto na LOA 2019 monta em R\$ 2,339 bilhões.